



Poder Legislativo Saldanha Marinho - RS

“Legislativo Forte, Democracia Consolidada”

APROVADO POR
UNANIMIDADE
Em 20/12/2021
Presidente

MOÇÃO DE APOIO A EMENDAS AO PL 467/2021 (REAJUSTE DO PISO DO MAGISTÉRIO) QUE PROPÕEM QUE O REAJUSTE DE 32% SEJA APLICADO TAMBÉM SOBRE A PARCELA AUTÔNOMA E SOBRE A PARCELA DE IRREDUTIBILIDADE E QUE A MESMA NÃO SEJA ABSORVIDA PELO REAJUSTE E QUE A VALORIZAÇÃO SEJA ESTENDIDA AOS FUNCIONÁRIOS DE ESCOLA.

O Vereador que a esta subscreve, com o apoio dos demais Vereadores desta Casa Legislativa, vem, na forma regimental, apresentar esta **Moção de Apoio** à reivindicação dos trabalhadores (as) da rede estadual de educação por emendas ao PL 467/2021 (reajuste do piso do magistério) que propõem que o reajuste de 32% seja aplicado também sobre a parcela autônoma e sobre a parcela de irredutibilidade e que a mesma não seja absorvida pelo reajuste e que a valorização seja estendida aos funcionários de escola. Os (as) profissionais pleiteiam o exposto amparados(as) nas razões abaixo coadunadas:

- I. Caso a proposta não tenha o texto alterado, 40.931 professores (as) aposentados (as) – 30.933 com paridade + 9.998 inativos e pensionistas sem paridade -, 162 professores ativos e 24.664 funcionários de escola, ativos e inativos, não terão nenhum reajuste. Além disso, 33.820 professores (as) em sala de aula não ganharão o índice fixado pela Lei do Piso Nacional do Magistério (31,3%).
- II. Como é público e notório, a categoria dos(as) trabalhadores(as) em educação amarga um intenso processo de empobrecimento, sem qualquer reposição salarial desde novembro de 2014. São quase sete anos de congelamento, agravados pela recente perda de direitos com a aprovação de mudanças nos planos de carreira, eliminação de vantagens, redução de adicionais e alterações na Previdência;
- III. Por mais de 60 meses, os profissionais da educação receberam salários atrasados e parcelados, desprovidos do direito de conhecer o dia do pagamento do próprio salário com o mínimo de antecedência. Esta política inviabilizou a programação pessoal e financeira dos trabalhadores(as) e empurrou a categoria ao endividamento;



Poder Legislativo Saldanha Marinho - RS

“Legislativo Forte, Democracia Consolidada”

- IV. De acordo com o INPC, a inflação acumulada entre novembro de 2014 e março de 2021 chega a 44,18%. Professores(as) e funcionários(as) de escola - na ativa e aposentados(as) -, perderam, portanto, quase metade do seu poder aquisitivo;
- V. No mesmo recorte temporal, o preço da Cesta Básica - calculado pelo Dieese com base nos custos médios da capital - aumentou de R\$ 342,62 para R\$ 636,96; o equivalente a 86%. Cabe lembrar que os alimentos têm um peso maior no orçamento daqueles que ganham menos. Portanto, se a inflação é mais elevada nestes itens, trabalhadores (as) da educação -entre os servidores (as) mais mal remunerados do Estado - perdem mais;
- VI. Com a aprovação das Reformas Previdenciárias no país e no estado, os aposentados(as) que possuem os menores salários da folha de servidores(as) passaram a pagar pesadas e abusivas contribuições, que podem somar um salário inteiro perdido ao longo de um ano de descontos;
- VII. Dados organizados pelo Dieese demonstram que as despesas com pessoal do Estado em 2021 atingiram o menor comprometimento das receitas em sete anos, ficando abaixo do limite prudencial estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Desde 2015, a folha dos ativos da Secretaria da Educação encolheu nominalmente 21%, e a sua participação nos gastos de pessoal do Estado caiu de 33% para 22%, com redução de 24 mil servidores(as) na ativa.
- VIII. no Demonstrativo do Comprometimento da Receita Líquida de Impostos e Transferências com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino disponibilizado pela CAGE em 31 de outubro de 2021, o Rio Grande do Sul conta com um saldo financeiro do FUNDEB de R\$ 674.999.545,91.
- IX. Com relação à manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE), o estado aplicou em 2021 R\$ 8.978.439.994,89, o que equivale a 24,74% do total dos impostos próprios e transferências gastos com educação, sendo o mínimo constitucional de 25% e o mínimo previsto na Constituição Estadual (35%).
- X. Com essas informações podemos observar que existem rubricas concretas para que o governo do Estado garanta o reajuste linear de 32% para toda a categoria, que já teve redução salarial de 52,6% pelo não repasse da inflação (INPC/IBGE) desde 2014.



Poder Legislativo Saldanha Marinho - RS

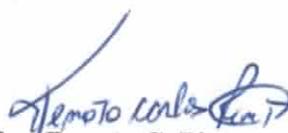
“Legislativo Forte, Democracia Consolidada”

- XI. Cabe aludir ao grave momento que atravessamos, que inclui despesas extras com a saúde e evidencia a importância da renda dos servidores(as) para o sustento familiar em um período de crise e desemprego, bem como para fazer girar o comércio local e a economia dos municípios;
- XII. Outrossim, esta é uma categoria que está trabalhando dobrado desde o início da pandemia, arriscando-se nas aulas presenciais e, quando no ensino remoto, utilizando equipamentos pessoais e pagando Internet e luz com os próprios recursos para não deixar desassistidos os estudantes que dependem da escola pública;
- XIII. Por fim, salientamos que a acabar com a matemática imoral do PL 467/2021 não impõe disputa por orçamento para o ano de 2022. O estado tem recursos em caixa suficientes para não fazer os servidores (as) mais antigos pagarem do próprio bolso o reajuste obrigatório de 2022, conforme prevê a Lei do Piso do Magistério.

Diante do exposto, após aprovação do soberano Plenário, requer-se que seja encaminhada a presente moção à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul e ao Palácio Piratini, pleiteando pela reposição das perdas salariais acumuladas pelos(as) trabalhadores(as) da rede estadual de educação.

Câmara Municipal de Saldanha Marinho, 20 de dezembro de 2021

Vereadores signatários:


Ver. Renato C. Pinto

PDT


Ver. Orlei J. Barbieri

PDT


Ver. Laédi Moraes

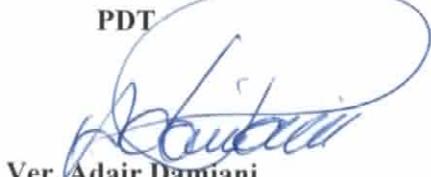
PDT


Ver. Tiago Barden

MDB


Ver. Luis F. Barbieri

MDB


Ver. Adair Damiani

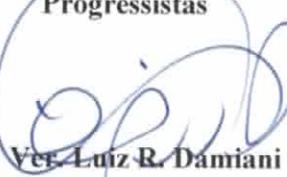
Progressistas


Ver. Carla R. Menezes

Progressistas


Ver. Juscelino Moreira

Progressistas


Ver. Luiz R. Damiani

Progressistas